

2

**EXPLORAÇÕES ANTROPOLÓGICAS: QUANDO O
CAMPO É O PATRIMÔNIO**

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL¹

Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros²

Esse texto ensaia uma discussão sobre a relação entre patrimônios culturais a partir de visões de antropólogos, arquitetos, planejadores de políticas de patrimônio; enfim, propicia uma amostra dos caminhos e descaminhos a que estão sujeitas as estratégias de interdisciplinaridade no pensar o patrimônio imaterial brasileiro e no conseqüente intervir sobre ele. Terei como pano de fundo um conjunto de reflexões em torno de minha trajetória em atividades de pesquisa e de ensino relativas às questões do patrimônio cultural brasileiro, em sua dimensão imaterial ou intangível.

Faz uns quatro anos que diversas circunstâncias ligadas a pesquisas sobre festas católicas, envolvendo iconografias de santos padroeiros e igrejas barrocas ou de apreciável peso histórico no Recife e no Rio de Janeiro, além do levantamento de questões culturais presentes nos quilombos – comunidades que venho pesquisando há dez anos em Pernambuco –, ocasionaram convites para coordenar projetos de inventários de bens culturais e para integrar equipes de consultoria a programas de defesa da cultura popular.

Como resultado destes compromissos, foram surgindo as oportunidades para participar de treinamentos no método do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), além de discussões e de mesas redondas sobre Patrimônio em geral, Patrimônio Imaterial, Folclore,

¹ Este texto teve parte dele apresentado na Mesa *Caminhos e Descaminhos do Patrimônio Imaterial*, realizada no Colóquio Nacional sobre *Patrimônio Cultural: a Visão dos Antropólogos*, na cidade de Goiás, em julho de 2006. Outra parte do mesmo foi objeto de apresentação e de discussão no GT n.º 30 da Reunião Nacional da ANPOCS, realizada em outubro de 2006, em Caxambu/ MG.

² PPGA da UFPE.

Cultura Popular, Direitos de Autor e a extensão destes aos criadores e produtores populares. Além disso, vivenciei a oportunidade de oferecer um Curso sobre *Patrimônio Cultural: antigas e novas abordagens*, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2005. Nesta experiência de ensino/aprendizagem, tive alunos da Antropologia, de Educação Artística, mestrandos em Desenvolvimento Urbano e em Arquitetura, além de pesquisadores em patrimônios étnicos, o que propiciou uma rica experiência de discussões interdisciplinares sobre a temática.

De todas estas vivências, retomo aqui algumas reflexões feitas e encaminhadas para um diálogo em *regime aberto*, isto é, não conclusivo, com vocês, leitores. Dividirei este trabalho em seis pontos, ao longo dos quais farei a memória das atividades e dos engajamentos acima nomeados: estes e aquelas proporcionarão o material etnográfico, por assim dizer, para a colocação das questões teóricas e das sugestões de encaminhamentos para a reflexão e a prática da participação de antropólogos nas pesquisas e nas discussões acerca deste novo campo de inserção nossa e de debates sobre a realidade brasileira, através do prisma do patrimônio cultural e das memórias nacionais. Seguirei uma ordem mais ou menos cronológica na exposição destas experiências.

Experiência da coordenação do trabalho de campo do Projeto de Inventário Cultural do Litoral Norte de Pernambuco: 2002-2003

Projeto ambicioso, mas que tinha tudo para dar certo, dada a infraestrutura de pesquisa disponível. Infelizmente, porém, por motivos que não vêm ao caso comentar aqui, mas que fazem parte do cotidiano dos *descaminhos* dos intercursos entre organizações não-governamentais de direito privado e as autarquias oficiais, foi interrompido o trabalho na fase do Levantamento Preliminar³. No entanto, conseguimos produzir um relatório de levantamento exploratório de umas 250 páginas, contendo uma relação quase exaustiva dos bens culturais existentes nos nove municípios que

³ Utilizo a expressão *Levantamento Preliminar* e outras pertencentes aos termos técnicos do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) expostas no decorrer deste texto. Refere-se ela à primeira fase daquele método.

compõem aquela microrregião, dentro da mesorregião da Mata Norte do Estado.

A metodologia seguida foi a do Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC, do IPHAN Nacional. Contamos com o treinamento naquela metodologia, realizada e acompanhada por técnicos do Departamento de Patrimônio Imaterial – o DPI, do IPHAN, com vários deslocamentos daqueles de Brasília para o Recife.

A equipe de trabalho era interdisciplinar: exigência do INRC. Eu coordenava a pesquisa de campo, trabalhando em igualdade de condições com o coordenador da pesquisa histórico-documental e com o coordenador do serviço de cartografia. Tínhamos geógrafos, cartógrafos, mestrandos em História, arquitetos, músicos populares, musicólogos, mestrandos em Antropologia, graduandos em Ciências Sociais e em Teoria da Arte – todos unidos em torno do objetivo comum: levantar e inventariar os bens culturais intangíveis do Litoral Norte de Pernambuco.

O pensamento antropológico se construía, primeiramente, nas sucessivas interpretações dos dados que vinham do campo: tínhamos a primeira interpretação proveniente do discurso dos *nativos* (produtores dos bens culturais, brincantes, artesãos, performers, etc), quando estes homens e mulheres explicitavam para nós a visão que tinham de si próprios, do seu mundo e dos bens que criavam, divulgavam e, às vezes, vendiam para sobreviver; tínhamos a segunda interpretação quando, na volta do campo, os pesquisadores se sentavam diante dos computadores e colocavam nas fichas do INRC os dados obtidos nas entrevistas, com a minha assistência e supervisão. A partir daí, ocorriam as sucessivas discussões, visando à formulação técnica mais condizente possível com as expressões *nativas* do seu pensamento e visão de mundo. Vivenciávamos, então, uma profunda e profícua experiência de *tradução* das expressões e do pensamento nativos para o pensar acadêmico e técnico dos planejadores culturais do INRC. A terceira interpretação – continuo parafraseando Clifford Geertz (1978: 13ss.) – ocorria nas reuniões das sextas-feiras à noite ou nos sábados durante o dia, com a participação dos três setores da pesquisa, quando o conceito de cultura, mola mestra do fazer antropológico, era trabalhado e retrabalhado, nos diálogos e nas discussões, como conceito em permanente construção que é, e que, por isso mesmo, permite, em

sua operacionalização, processos de desconstrução, como a história do pensamento antropológico nos demonstra.

A experiência foi, portanto, riquíssima, no sentido de que projetos como este, se levados a cabo com o necessário profissionalismo, podem propiciar um caminho eficaz para trabalhar o patrimônio imaterial com equipes multi ou interdisciplinares.

Uma outra discussão que às vezes era levantada enfocava o problema das competências para realizar o inventário pela metodologia do INRC: seria esta privativa dos órgãos governamentais que detêm a gestão da cultura e do patrimônio (opinião de alguns técnicos) ou poderia ser confiada a entidades privadas, mediante certos critérios previamente exigidos?

Penso que este debate foi finalmente encerrado com a política adotada segundo a qual o uso do INRC para as pesquisas do Patrimônio Imaterial pode ser confiado a pessoas e a entidades privadas – ou seja: não do quadro do IPHAN ou do MinC –, contanto que aquele órgão realize o treinamento da equipe pesquisadora, supervisione o trabalho e imponha a assinatura de um termo de responsabilidade à OSIP encarregada de administrar a dotação financeira para a pesquisa.

Consultoria à Frente Parlamentar Federal de Apoio à Cultura Popular: de 2003 até hoje

É uma outra experiência que está sendo muito interessante: um campo de discussões que reúne um diálogo interdisciplinar sobre a cultura e um trabalho de militância política em favor da construção de bases teóricas que justifiquem a busca de normatização jurídica para proteger o direito de criação, de divulgação, de execução e de comercialização dos grupos criadores e/ou produtores culturais dos segmentos socioeconômicos populares.

Meu papel nesta equipe é introduzir a interlocução constante da antropologia. Trata-se de um diálogo nem sempre fácil, por conta das diferentes visões sobre a própria noção de *patrimônio cultural* e de *cultura*, que envolve discussões sobre a prática preservacionista, nem sempre condizente com os fatos e os percursos da dinâmica cultural. No entanto, conseguimos avançar um pouco nas questões da proteção e da salvaguarda, incluindo aí a colaboração de juristas, como Victor Drumond, com dissertação defendida em Portugal, em que trabalha

com a proposta de novas figuras jurídicas para introduzir a defesa do direito de autoria da criação coletiva.

No sentido de divulgarmos esta reflexão e de levarmos adiante a preocupação expressa em se conseguirem figuras jurídicas adequadas para defender os direitos autorais de criação e de performance coletivas, participamos – diversos membros da equipe, inclusive eu – de mesas e de debates em fóruns culturais regionais, nacionais, e no próprio Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo, em 2003, defendendo a adoção das figuras de direitos “originados” (direitos de autoria a serem atribuídos à pessoa ou ao grupo que iniciou o folgado ou brincadeira) e de direitos “derivados” (direitos de execução, comercialização, divulgação dos atuais componentes do grupo ou brincadeira), de Victor Drumond.

Finalmente, terminamos de elaborar um Projeto de Lei complementar aos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, incluindo neste texto justificativas extraídas de encontros e/ou colóquios internacionais recentes sobre propriedade intelectual, além do longo texto da Convenção da ONU/UNESCO de 2003, assinada pelo governo brasileiro em abril de 2006.

A prática militante que resultou desta inserção na busca de salvaguardas para a produção artística e cultural popular, transformada em ação política, fez-nos mergulhar num universo de reivindicações e de discussões que colocavam o foco principal não na produção em si mas na sua mercantilização; ou seja, a criação era/é isolada do seu criador, considerada e tratada como se fosse de “domínio público”, dependendo, então, dos “atravessadores culturais” (produtores, agitadores culturais, empresários e outras figuras do *show business*), os quais evocavam ou defendiam para si a responsabilidade da gravação, produção, escolha dos meios de divulgação, comercialização dos bens patrimoniais, criados e conservados por comunidades e por grupos populares.

Assim sendo, vivenciamos esta situação de verdadeiro fogo cruzado entre as exigências constitucionais do respeito, salvaguarda, proteção do patrimônio cultural, de um lado, e de outro as pressões dos produtores empresariais culturais, acima descritas, expressas em convenções, mesas redondas, etc., no sentido de advogar para si próprios as responsabilidades – e os lucros, com a anexação dos direitos de divulgação e de comercialização.

O Curso sobre Patrimônio Cultural no PPGA: 2005

Trata-se do curso acima referido. Como toda atividade acadêmica que reúne diversos saberes e interesses, esta se revestiu de uma série de vivências ditadas pela multiplicidade de formações e de procedências do alunado que se inscreveu na Disciplina. Tivemos até a sorte de termos uma aluna de Salvador, doutoranda do nosso Programa, além de alunos da Paraíba e do interior de Pernambuco, alargando, assim, localmente, o foco de interesses e de experiências anteriores.

Dentre as vivências, tivemos as inevitáveis trocas dos conhecimentos e de enfoques acadêmicos provenientes das procedências e das formações distintas; tivemos momentos de tensões em discussões apaixonadas, que puseram em dois campos opostos estudantes que trabalham com o patrimônio *pedra e cal*, de um lado, e os que aprofundam pesquisas sobre patrimônio intangível e artes, de outro. Um dos motivos dos embates consistiu nas políticas de tombamento de cunho verticalista, baseadas, às vezes, em critérios discutíveis – assunto inclusive posto em pauta nos comentários de Françoise Choay sobre os critérios europeus para aquela política cultural (CHOAY, 2006: 21-25). Outro motivo foi o de o poder público não levar em conta suficientemente o ponto de vista da população (Estado, cidade, comunidade) nos exames para decretos de tombamento.

Mas o maior assunto de debate foi a atual falta de clareza quanto ao entendimento das articulações entre o patrimônio construído e o imaterial. Nisto, chegamos ao cerne de uma das discussões centrais que agitam a academia e os trabalhadores da cultura, expressa nas seguintes perguntas: pode-se prescindir do intangível ao tratarmos do edificado? Até que ponto é legítima a separação dos dois “patrimônios”, ocasionando duas políticas distintas, duas estruturas administrativas?

Pois não basta hoje rejeitar a escolha, considerada unilateral, dos critérios do passado na seleção dos monumentos que foram tombados: monumentalidade, valor histórico e estético e identificação com a herança ibérica. É preciso ir além, buscando identificar as articulações entre a *mais valia* ou o *valor agregado* simbólico inerente ao objeto ou à edificação, as características acima elencadas – visto que não se vai abolir pura e simplesmente os critérios utilizados na política de tombamento quando da criação do SPHAN – e a inclusão das heranças

ameríndia, africana, judia, árabe –, enriquecendo o elemento simbólico com o patrimônio étnico –, sem esquecer as demais culturas dos imigrantes do século XIX e XX, que já deixaram marcas importantes de sua presença no país, conforme nos apontam as pesquisas e publicações sobre a etnicidade das populações migrantes européias⁴.

Inventário do Referenciamento da Feira de Caruaru/PE como Registro de Lugar: 2004-2006

Convidado pelo IPHAN Nacional para assumir a coordenação técnica deste Inventário, precedido do Levantamento Preliminar e utilizando o método do INRC, tive outra oportunidade de vivenciar novamente esta metodologia que exige e supõe um grupo multidisciplinar num processo de trabalho no qual o conceito de cultura – e, com ele, o papel do antropólogo – é posto em discussão, visto e revisto; no qual as redes de significados – e as propostas de diálogo – se alargam e, às vezes, pedem melhor definição e mais precisão.

Além da equipe formada por pesquisadores de campo provenientes do Curso de Ciências Sociais, por estudantes de História, por um arquiteto, por um técnico em computação, por um fotógrafo e por um cinegrafista amador, tivemos a participação das duas técnicas da 5ª SR do IPHAN, responsáveis pelo Núcleo do Patrimônio Imaterial, não apenas na maioria das viagens de pesquisa, mas, sobretudo, nas reuniões semanais de avaliação permanente, de planejamento, de correção das fichas e de discussão sobre as idas ao campo. O diálogo se ampliou também com as conversas constantes mantidas com lideranças do Departamento de Cultura da Prefeitura de Caruaru e com diretores da Associação dos Feirantes e da Associação dos Artesãos do Alto do Moura, bairro da cidade onde teve início e se consolidou o centro de arte figurativa de Caruaru – proclamado pela UNESCO “*o maior centro produtor de arte figurativa das Américas*” – através da atividade de Mestre Vitalino e sua família, e de seus primeiros aprendizes, vários deles vivos e ativos até hoje.

⁴ Recordo aqui, *en passant*, a título de exemplo, os artigos, textos para aula e palestras da Prof.^a Dr.^a Giralda Seiferth, que estuda a formação étnica dos Estados do Sul do Brasil, nas regiões de migração alemã, os estudos sobre os japoneses e seus descendentes em São Paulo, e um trabalho publicado recentemente pela Prof.^a Maria Catarina C. Zanini: *A Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria/ RS*. Santa Maria/RS: editora UFSM, 2006.

Tem sido um aprendizado constante esta interação com o método do INRC, com os segmentos acadêmicos e sociais elencados acima, com as técnicas do Departamento do Patrimônio Imaterial e da 5ª SR do IPHAN. Claro que houve ocasiões difíceis de tensão, de estranhamento, que foram sendo resolvidas pouco a pouco; mas, sobretudo, se criaram laços de amizade duradouros.

Esta experiência se fez mais forte ainda nas discussões dialogais com os diversos setores do Inventário, inclusive propiciando uma constante adaptação do INRC às diversas circunstâncias e desafios da pesquisa de campo e documental, de modo que o INRC, que parecia ser portador de uma metodologia rígida à primeira vista, revelou-se capaz de adaptações e de melhorias. Na medida em que foi questionado, suas normas foram sendo adaptadas às diversas circunstâncias da pesquisa de campo, não faltando consultas telefônicas e presenciais aos técnicos do DPI.

O resultado de todo o esforço foi largamente recompensado: em 7 de dezembro passado, em audiência pública, o Conselho Consultivo e a Diretoria do IPHAN aprovaram o parecer do relator da proposta de inclusão da Feira de Caruaru no Livro de Registros de Lugar, com o adendo – o que foi uma demonstração da eficiência da pesquisa de campo e do relatório final do Inventário – de que o Alto do Moura, acima nomeado, também entrou no registro como Patrimônio Cultural Brasileiro, na qualidade de “*Lugar Associado à Feira de Caruaru*”. Além deste, todas as quinze “feiras” de que se compõe a Grande Feira foram incluídas no Registro Patrimonial.

Brasília: novembro de 2005

Um ponto alto dessa trajetória foi a reunião, convocada para Brasília em novembro de 2005, para avaliação conjunta dos então 19 projetos em curso de Inventário do Patrimônio Imaterial pelo método do INRC, na ocasião executados em 16 ou 17 Estados da Federação. Foram convocados técnicos das regionais do IPHAN e os cientistas sociais ou historiadores que coordenavam os Projetos. Destes, 15 ou 16 eram antropólogos.

Este encontro constituiu-se de uma riqueza significativa, tanto em relação à variedade de temáticas ora em estudo e aos bens culturais a serem inventariados quanto à demonstração da elasticidade do INRC:

sua metodologia foi posta em questão, avaliada, contestada, como foi igualmente testada sua aplicabilidade à extensão e variedade dos bens culturais então inventariados, aos enfoques teóricos e ênfases distintas nos vários aspectos do conceito de cultura trabalhados em cada projeto. Tudo isso se conseguiu levando-se em conta as variações regionais do país, os níveis diversos dos recursos institucionais e técnicos para a realização das pesquisas, as inevitáveis dificuldades provindas de pessoal, de finanças, de equipamentos, etc.

Dois desafios houve que pude arrolar a partir deste Encontro de Brasília. Um foi a possível falta de integração entre os antropólogos que coordenam pesquisas de Inventário e a Associação Brasileira de Antropologia, a ABA, através do Grupo de Trabalho ou GT *Patrimônio*. Dentre os que estavam em Brasília neste evento, só encontrei uma professora, além de mim, no presente no colóquio de Goiás, em junho de 2006. Tal fato talvez indique uma necessidade de articulação maior do nosso GT com estes/estas colegas que trabalham de modo permanente ou ocasional em projetos de Inventário do IPHAN. Torna-se importante listar esses profissionais da Antropologia que coordenam projetos de patrimônio cultural com utilização do INRC e de outras metodologias, a fim de promover a integração dos mesmos nas atividades do GT.

O outro desafio diz respeito à necessidade e à possibilidade de ampliar o diálogo dos antropólogos com os técnicos que trabalham no DPI e nos demais setores do IPHAN Nacional, bem como nas diversas Regionais. Já foi dado um passo importante, com a contratação de antropólogos mediante concurso público, para integrar os Núcleos de Patrimônio Imaterial das Superintendências Regionais e o DPI do IPHAN Nacional. Mas é claro que isso não basta para a construção de um diálogo frutífero e enriquecedor de ambas as partes. Torna-se necessário ampliar o diálogo para além de nossas “fronteiras” acadêmicas, em direção a este segmento imprescindível para a efetivação das políticas nacionais de Patrimônio, que dizem respeito à identificação, ao gerenciamento, à divulgação e às ações de salvaguarda do mesmo.

Reflexões sobre a relação entre Patrimônio Cultural e as práticas do SEBRAE

Exponho aqui brevemente uma necessidade de se discutir sobre quais as fronteiras entre a descaracterização e a evolução cultural dos bens de natureza imaterial, pois é sabido que estes possuem uma natureza um tanto fluida, mutável, submetidos que são às ocorrências da dinâmica cultural. No entanto, não compete aos órgãos financiadores e empresariais se substituírem ao direito de decisão das comunidades e de grupos criadores e mantenedores do bem cultural em questão quanto às mudanças de feitiço, de substituição de materiais, etc. Trata-se de uma estratégia delicada a de assessorar sem invadir a área da competência exclusiva daqueles agentes sociais; constitui este um trabalho de parceria, respeitando, porém, o protagonismo do grupo ou da comunidade.

Além dos debates acadêmicos sobre se as políticas de geração de emprego e renda do SEBRAE – muito úteis e louváveis, diga-se de passagem – levam ou não à descaracterização dos bens culturais, e dos justos protestos quando se confirmar a primeira hipótese, importa buscar os caminhos de diálogo permanente e de reflexão sistemática com o órgão, nos níveis federal e estadual, no sentido de que as políticas desenvolvimentistas e de agregação de valor comercial aos bens produzidos pelas comunidades não prejudiquem a autenticidade da produção artística e artesanal, nem ponham em cheque o protagonismo delas no decidir sobre os caminhos da evolução do seu patrimônio específico.

Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À CULTURA POPULAR. **Documento de Implantação**. Brasília: Ed. da Câmara dos Deputados, 2003.

LARAIA, Roque. “Patrimônio Imaterial: conceitos e implicações”. *In*: TEIXEIRA, João Gabriel *et al.* (orgs.). **Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS- UnB, 2004.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira & BEZERRA, Márcia (orgs.). **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Editora Alternativa, 2006.

MINC/ IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília, 2006 (mimeo).

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: 2000 (mimeo).